

Habeas data *pode não* *abrir arquivos do SNI*

BRASÍLIA — Dificilmente o Serviço Nacional de Informações (SNI) fornecerá às pessoas que impetrarem *habeas data* todas as informações sobre elas que constam de seus arquivos, apesar de esse direito ser assegurado pela nova Constituição. A opinião é de um oficial da reserva, ex-integrante do "serviço", para quem o órgão não vai sequer alterar fichas ou organizar um registro secreto paralelo: a opção seria fornecer aos interessados apenas as informações de um dos quatro arquivos mantidos pelo SNI, sem permitir o acesso aos outros três, nos quais estão os dados mais sigilosos.

Ao atender aos pedidos de *habeas data*, é possível que a Agência Central do SNI se limite a liberar as informações do Departamento de Assuntos Internos, o DPT-1, atualmente sob a chefia do coronel Edgard Pingarilho. O DPT-1 produz fichas, armazenadas em disquetes de computador, que são chamadas de LDBs (Levantamento de Dados Biográficos). Além de

dados biográficos óbvios, semelhantes a um *curriculum vitae*, as LDBs contêm informações publicadas em jornais, declarações do fichado (existem cerca de 300 mil pessoas, entre políticos, empresários e sindicalistas, fichadas no DPT-1), cargos que ocupou e relacionamentos políticos. Nas LDBs não são feitas apreciações subjetivas, do tipo "fulano é subversivo" ou "beltrano é homossexual e corrupto".

Apreciações dessa natureza constam das fichas do Departamento de Operações, o DPT-3, chefiado pelo coronel Gilberto Zenkner. O arquivo do DPT-3 é o único não informatizado da Agência Central e suas informações são, na maioria, apuradas pelos agentes secretos do SNI, através de pesquisas, operações de espionagem e escuta telefônica. São armazenadas em pastas e chamadas de prontuários.

NADA PROVADO

Nessas fichas estão as informações sobre pessoas que des-

pertam atenção especial do governo, mas não são precisas. Nos prontuários, os informes produzidos pelos agentes podem dizer simplesmente "consta que fulano é corrupto, tendo participado de tal trappolinagem". Nada provado. Segundo o oficial da reserva, esse tipo de informação, de caráter político, é normal nos serviços secretos do mundo todo e jamais virá a público porque, embora impreciso, o SNI alegará ou a inexistência da ficha ou que o seu sigilo "é imprescindível à segurança do Estado e da sociedade", de acordo com o previsto na Constituição.

Os outros dois departamentos, o de Assuntos Externos, DPT-2, chefiado pelo capitão-de-mar-e-guerra Ernesto Heitor Cunha, e o de Contra-Inteligência, DPT-4, chefiado pelo coronel Aníbal Melo Henriques, são interligados e trabalham com informações sobre outros países e espionagem industrial.